

“O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,  
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia  
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia”

“Ao ver mais belo que o Tejo, o grande rio lusitano, o pequenino rio de sua aldeia, daqueles riachos que jamais passam de afluente, sem que lhes seja dado o prazer do encontro direto com o mar, FERNANDO PESSOA, o Poeta-Maior, quis deixar expresso o seu amor pelas águas que banham o seu torrão: o seu MUNICÍPIO - o chão que o acolheu pela vez primeira.

Ai de quem não vê mais belo o rio de sua aldeia!!!

Com efeito, amigos, é de todo impossível falar-se em PATRIOTISMO sem que se passe, necessariamente, pelo apego ao MUNICÍPIO de origem.

Diferentemente dos Estados, seja no LESTE, seja no OESTE, os Municípios nascem naturalmente, sem violência, espontaneamente, de parto natural.

Sociologicamente, verdade indiscutível, antecede a figura do Estado, desde a remota antiguidade.

Tomando forma na velha ROMA, de onde vem a raiz etimológica da expressão, foi de fundamental importância para o crescimento e sustentação do Grande Império.

POSADA, em sua magistral lição, nos mostrou que “enquanto se manteve a liberdade municipal floresceu o Império, e quando o despotismo dominou as municipalidades; a decadência da grande estrutura imperial consumou-se rápida e fatalmente”.

No Brasil, fato lamentável, ainda não se deu a necessária atenção às experiências passadas, desconhecendo-se a história como ciência e deixando de valer-se de suas lições.

Permito-me repetir o que tive a oportunidade de dizer ano passado, em São Paulo, perante auditório da 36ª Reunião Anual da SBPC, ao falar sobre o MUNICÍPIO: FICÇÃO E REALIDADE.

No período Colonial o Município teve o seu modelo trazido de Portugal, com todos os vícios e formalismos da cultura lusitana. Impossível negar-se, contudo o importante desempenho das comunas, notadamente através das Câmaras Municipais, nas grandes lutas libertárias.

No império, em que pese o centralismo que o caracterizou, não se pode esconder a importância dispensada ao Município pela Lei de 1º de outubro de 1828, apesar de ainda negada uma real autonomia.

Com o advento da República e da transformação do Estado numa pessimamente copiada “Federação” (?), iniciou-se a grande fase da Autonomia Municipal, Verdadeira FICÇÃO JURÍDICO-INSTITUCIONAL, em flagrante contradição com um sistema nitidamente CENTRALIZADOR e, o que é mais grave, totalmente perdido num amaranhado de leis que têm de sobra em quantidade o que lhes falta em qualidade.

Até hoje, gravita sem a mais mínima definição, envolto em imensa nebulosa, o “festejado” princípio constitucional da Autonomia Municipal em tudo o que seja do seu Peculiar Interesse...

A viva esperança nascida com a Constituição de 1946 gerou novas perspectivas de um municipalismo forte, revelando uma nova leva de municipalistas de escol, do porte de Américo Barreira, Almir Pinto, Nelson Omega, Hely Lopes Meirelles, Celso Azevedo, Ney Braga, Silvio Fortunato e tantos outros.

Veio contudo, a 31 de Março de 1964, uma nova era de trevas que perdurou por quase duas décadas: Logo no 3º ano de exceção, com o advento do famigerado Código tributário Nacional, de 25 de Outubro de 1966, promoveu-se o ESMAGAMENTO do Município como ente estatal dotado de autonomia política.

Com o esmagamento do Município, em termos financeiros, bem como em todos os demais sentidos, partiu-se para o achincalhe, para a desmoralização e para o deboche, degradando-se a figura do Prefeito e da Câmara, chegando a transformá-los em figuras caricatas de conhecido seriado da televisão nacional.

Atingida a instituição, de modo brutal, criou-se um clima de TERROR, levando a Autoridades locais a uma grave, perigosa e crescente alienação.

Tudo fruto daquilo que o Professor Diogo Lordello de Melo, em 1971, muito bem caracterizou como SÍNDROMES: Síndrome da simetria, da ambigüidade, da dependência e da hipercorreção.

Tal o índice de esfacelamento da “federação” brasileira que a Câmara Federal criou uma “Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Apurar as

Causas do Crescente Empobrecimento dos Estados e Municípios, face ao Sistema Tributário nacional”.

Mesmo sendo um dos mais importantes eventos ocorridos nesta 2ª metade de século, no Brasil, pela seriedade e profundidade das investigações, tanto quanto pela objetividade das conclusões propostas a que chegou, não teve a devida divulgação.

No Ceará, de 16 a 20 de setembro de 1980, patrocinado pela APRECE, realizou-se o “1º SEMINÁRIO DE ESTUDO DE ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS”.

Foi outro grande marco na história do novo município: mais de novecentos Prefeitos, Vereadores e Municipalistas, representando TODOS os Estados brasileiros, examinaram setenta e sete teses em oito comissões, com a participação de pelo menos um Cientista Social, com título de Mestre ou de Doutor, em cada uma delas.

Por sintomática coincidência, logo a 1º de outubro daquele ano era baixado o Decreto nº1805, seguido do Decreto nº1833, de 23 de dezembro, trazendo significativas mudanças no que tange à aplicação das quotas do FPM e simplificado procedimentos contábeis para os pequenos Municípios.

As Comunas davam prova de que estavam maduras para discutir, com seriedade, os seus mais graves problemas, alavancando, por consequência, a discussão da questão nacional.

A 28 de maio de 1983, em Rio Claro, São Paulo, instalou-se a Comissão Interpartidária de Prefeitos Pró-Reforma tributária, constituída por componentes dos cinco partidos políticos existentes no país.

Os primeiros resultados dos trabalhos de pressão legítima dessa Frente começaram a ser sentidos com os efeitos da chamada Emenda Passos Porto.

O resultado maior, no entanto, veio com a criação, em 1984, da Frente Municipalista Nacional pelas Diretas e Constituinte.

Inegável a importância de sua participação na luta pelas eleições diretas, arrostando sacrifícios de todos conhecidos.

Perdido o primeiro “round”, com a não aprovação da Emenda Dante de Oliveira, com muito senso de responsabilidade, sabendo fazer a hora, em memorável reunião das Coordenações Estaduais, realizada na sede da Associação Paulista de Municípios, adotou a candidatura Tancredo Neves, antecipando-se de muito, aos demais movimentos, entidades e partidos políticos que vieram a emprestar-lhe posterior apoio.

Aos 31 de julho de 1984, vinte e sete dias após a histórica decisão, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, perante mais de duas mil lideranças municipais, estaduais e federais, consagrou-se o Grande Compromisso Nacional entre o Município e Tancredo Neves.

A 14 de janeiro deste ano, numa manhã chuvosa de Brasília, no Memorial JK, o já quase Presidente consagrado, reconheceu o valioso apoio, ratificou o compromisso histórico e GARANTIU uma Reforma Tributária Emergencial, ainda para 1985.

Os desígnios do Criador, no entanto, são inatingíveis à percepção do pobre e falho ser humano: Deus não permitiu que Tancredo governasse o seu país, um só dia que fosse.

Fê-lo SANTO e MÁRTIR pela dor prolongada e pela morte, deixando-nos, em contrapartida, um grande legado: o legado da esperança e do reencontro do POVO com os seus mais sagrados símbolos pátrios – sua Bandeira ganhou tonalidades mais vivas aos nossos olhos; seu já quase esquecido hino tomou-se de mais encanto, agradando aos ouvidos e renovando as forças do coração.

A Frente Municipalista, em todos os seus níveis, porque é chegada a hora da verdade, segue o sábio conselho do saudoso estadista: “Não nos dispersemos”.

A 18 de maio, no Palácio do Planalto, dois mil Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Municipalistas cobraram do Congresso e do Presidente Sarney a concretização do compromisso com a Tributária já, consubstanciada na Emenda Airton Sandoval, brilhante companheiro e respeitável Deputado por São Paulo.

O Chefe da Nação, afirmando não querer passar à história como mais um Presidente a iludir os Municípios, propôs-nos aguardássemos o novo projeto a ser formulado por uma Comissão Partidária, no prazo de trinta dias.

Os trinta dias já passaram e a Comissão ainda não disse a que veio.

Confiamos na palavra e nas intenções do Presidente Sarney, mas sabemos das forças da tecnocracia retrógrada ainda enquistada em altos escalões da chamada Nova República.

UNIDOS, dentro da lei e da ordem, iremos a Brasília tantas vezes quanto se façam necessárias e ajudaremos Sarney a cortar todas as cabeças dessa hidra que tanto tem infelicitado a Gente brasileira.

O mais importante, entretanto, na hora da verdade, é a CONSTITUINTE.

Não se pode negar que, dos primórdios até os dias de hoje, NUNCA tivemos uma verdadeira ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, com a efetiva participação de todas as camadas populares nas discussões anteriores à representação LEGÍTIMA quando de sua constituição.

Por culpa de um processo eleitoral deplorável, pela submissão de cidadão comum, seja pela fome, seja pela ignorância deliberadamente a si impostas, não se teve uma só Carta Magna duradoura.

A distância entre os sucessivos BRASIS LEGAIS e o Brasil Real fez com que se sucedessem os Golpes de Estado, sobrevivendo o país entre breves períodos de LEGALIDADE FORMAL e grandes hiatos de arbítrio e obscurantismo.

Passando os olhos por nossa história republicana, vê-se às escâncaras uma terrível inversão: a EXCEÇÃO tem sido regra, enquanto a regra do jogo democrático, do Estado de direito, tem sido a exceção.

A Frente Municipalista não se dá o direito de inebriar-se com a euforia da Nova República, da volta às liberdades e da perspectiva falsa de que tudo há de ser resolvido com a simples feitura de mais uma Constituição.

Muito ao contrário, sem que se possa entender como pessimismo, busca pisar em terra firme, reconhecendo a gravidade das dívidas a serem resgatadas, ao que se acresce a Crise MORAL que ainda atinge parte substancial das elites dirigentes.

O empreguismo despuadorado de que se tem ciência pelos órgãos de comunicação, o apadrinhamento da ineficiência e da improbidade, a falta de espírito público nas mais diversas esferas do Poder, levam-nos a lembrar o que escreveu VICTOR HUGO sobre os dirigentes de então, em agosto de 1830:

“Distribuidores de cargos, guardadores de cargos, pedintes de cargos, dá pena ver toda essa gente que mete seu PATRIOTISMO em suas MARMITAS”.

Faz-se preciso, pois, mudar o processo e levar o povo à Campanha da Constituinte, num trabalho de incansável apostolado.

Uma vez mais a Frente Municipalista foi pioneira e fez a hora.

Lançou-se a nível nacional e lançada está a nível de Ceará a Cartilha da Constituinte, levando a todas as pessoas, em linguagem simples, acessível e honesta, um APELO de engajamento na campanha pela participação.

Sua parte principal está na última folha, exatamente numa folha em branco.

Ali, você Brasileiro do Ceará e dos demais Estados poderá escrever aquilo que DESEJA ver incluído numa CONSTITUIÇÃO genuinamente brasileira.

Ratificando, em todos os seus termos, a “Carta dos Brasileiros”, propomos a constituição de uma legítima Comissão de Constituinte, formada por cento e trinta e cinco milhões de brasileiros.

Debatamos nos lares, nas escolas, nos templos, nos clubes, associações de classe, nos sindicatos, patronais e de empregados, nas ruas, nas praças e nos campos, que Deus nos fez livres e dotados de inteligência para que cuidássemos do presente e preparássemos um futuro melhor e mais digno para os nossos filhos e para os filhos dos nossos filhos.

Não nos é dado desperdiçar esta que talvez seja a última chance de ORDENARMOS o Brasil de modo pacífico, democrático e livre, sob inspiração de uma cultura marcadamente cristã e mercê de uma índole reconhecidamente boa.

A Frente Municipalista, por exemplo, pelejará para ver mudada a Constituição Federal, logo em seu Artigo Primeiro, com a inclusão do MUNICÍPIO como UNIDADE federada, coisa que sociologicamente já é.

É de ser ressaltado um fato de suma importância, também relativo às eleições de 1986 e à escolha da Assembléia Nacional Constituinte que desejamos qual o papel dos Prefeitos e Vereadores naquele instante decisivo da vida nacional?

Só não vê quem não o quer.

Serão eles que terão a OBRIGAÇÃO de comandar o pleito, porque somente eles e o Presidente da República ainda terão dois anos de mandato pela frente.

Eles que são a base do sistema político brasileiro, eles que suportam a maior carga no desgastante processo político, quase à base do milagre da distribuição dos pães e dos peixes, eles terão a responsabilidade ímpar de resgatar a dignidade nacional e sua própria dignidade.

E deles o povo há de cobrar uma postura ereta, firme, séria e patriótica.

Se não o fizerem, passarão à história como incapazes, talvez até como covardes e traidores da confiança dos munícipes.

Por dever de justiça me seja dado o direito de proclamar uma verdade, quase em forma de louvação.

Não estaríamos participando deste espetáculo cívico, irmanados acima das paixões partidárias, não fora a semente plantada em Rio Claro, por cinco Prefeitos que dignificam a classe política.

Aquela semente encontrou terreno fértil e germinou.

Germinou, fincou raízes profundas, fez-se sólida e produtiva, graças aos cuidados inigualáveis de quem dela vem cuidando com carinho, dedicação e eficiência, desde que brotou.

Refiro-me a alguém que, como a árvore da Frente Municipalista, veio de baixo para cima, sempre crescendo, de forma natural, sem os atropelos dos que têm pressa além da conta e que, chegados ao cume da montanha, sucumbem à vertigem das alturas e não têm olhos para enxergar os que ficaram na planície.

De simples Vereador, no interior do seu Estado, fez-se Deputado Estadual, Prefeito de um grande Município, Senador mais votado em toda a história da República e Vice-Governador, sem perder o vínculo com suas origens, leal às amizades, fiel à filosofia municipalista, simples e cada vez mais capaz de ver mais belo “o rio que corre pela sua aldeia”.

Em nome dos companheiros da Frente Municipalista Cearense, daqueles bravos companheiros cuja confiança me engrandece e me obriga, saúdo um dileto amigo e companheiro, liderança legítima que já não pertence a sua aldeia ou a seu Estado, posto que nacionalmente respeitada: saúdo e abraço o municipalista ORESTES QUÉRCIA.

Saudando-o fraternalmente, estamos estendendo nossa saudação e nossas homenagens a todos os companheiros dos demais Estados, cujas presenças enriquecem a solenidade e trazem-nos profunda alegria.

Em nome de minha mulher, Fátima, e da mulher municipalista do meu Estado, saúdo a mulher municipalista do Brasil, na pessoa de Adelaide Quércia, Primeira Dama da Frente Municipalista Nacional.

Ao Governador Gonzaga Mota, o público reconhecimento pelo muito que tem feito pelo movimento municipalista no Ceará, de par com os mais sinceros agradecimentos pela honra da presença.

Às demais autoridades, o muito obrigado pelo prestígio que nos deram comparecendo a este ato de posse.

Aos companheiros Municipalistas Cearenses aqui presentes, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e simples eleitores, a gratidão de quantos fazem a Frente Municipalista Cearense e o convite para que se incorporem ao movimento.

À APRECE, a valiosa Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará, de tantas tradições, assim como à UVC, União dos Vereadores do Estado do Ceará, a certeza de que a Frente Municipalista veio para incorporar-se às suas lutas, marchando de braços dados, ajudando-se mutuamente, para o bem de nossa gente e fortalecimento do municipalismo.

A todos, com abraço de agradecimento da Frente Municipalista Cearense, a mensagem do poeta que deu o mote para este pronunciamento: “NAVEGAR É PRECISO;

“VIVER NÃO É PRECISO”.

Naveguemos, pois, pelos rios que correm pelas nossas aldeias, que são sempre os mais belos. Pelo bem do Ceará e do Brasil.

Muito Obrigado.

25/07/85

José Guedes de Campos Barros